

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412201447M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Instituto Chico Mendes de Conservação da
Biodiversidade
ICMBio

CARGO:

Analista Administrativo

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

ICMBIO – 1º SIMULADO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ANALISTA ADMINISTRATIVO (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Animais silvestres não são mercadorias, não são pets e não são entretenimento

O Brasil possui uma rica biodiversidade, sendo um dos países com o maior número de espécies da fauna e da flora no mundo

Atualmente, são reconhecidas, no Brasil, 46.447 espécies de plantas e 117.096 de animais, com estimativas de que as espécies animais ultrapassem 137.

São quase 9.000 espécies de vertebrados descritas e cerca de 94.000 artrópodes, números em permanente mudança, visto as constantes revisões taxonômicas e a descoberta frequente de novas espécies. A maior parte é de insetos, com cerca de 83.000 espécies reconhecidas no Brasil. Destacam-se também em diversidade os aracnídeos, com cerca de 6.200 espécies, e moluscos, com aproximadamente 3.100 espécies.

Entre os vertebrados, compilações, algumas bastante recentes, indicam que há no Brasil cerca de 4.545 espécies de peixes, 1080 de anfíbios, 773 de répteis, 1.919 de aves e 701 mamíferos. Atualmente, estes números são certamente maiores, especialmente para os peixes, já que novas espécies continuam sendo descritas sempre que áreas pouco conhecidas são mostradas ou estudos de revisões taxonômicas são realizados. Mesmo para grupos bem conhecidos e estudados, como os mamíferos, ainda são frequentes descrições ou revalidações de novas espécies.” (MMA/ICMBio, 2018.)

Apesar da fauna brasileira, por sua grande diversidade causar a impressão de ser abundante e inesgotável, ela é extremamente frágil, devido aos impactos do desmatamento, das queimadas, da caça, do tráfico e comércio ilegal de animais.

No Brasil, a caça e o comércio predatório e indiscriminado da fauna silvestre são práticas antigas, que passaram a ser ilegais no ano de 1967, pois até então não havia legislação que proibisse essas atividades. No ano de 1967, junto com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, foi baixada a Lei Federal n. 5.197, a Lei de Proteção à Fauna, declarando que todos os animais da fauna silvestre nacional e seus produtos eram de propriedade do Estado e não poderiam mais ser caçados, capturados, comercializados ou mantidos sob a posse de particulares. No entanto, não foram dadas alternativas econômicas às pessoas que até então viviam desse comércio e que da noite para o dia caíram na marginalidade. Como consequência surgiu um comércio clandestino (Marques e Menegheti, 1982). Começa a partir daí a história do tráfico da fauna silvestre brasileira.” (RENTAS, 2001.)

Mesmo sendo práticas atualmente consideradas criminosas, lamentavelmente ainda existe o tráfico e a comercialização ilegal de animais, suas partes e subprodutos. Podemos encontrar animais sendo vendidos, por exemplo, em feiras livres (conhecidas como feiras de rolo), lojas e criadouros clandestinos, e também em páginas na internet, para serem usados:

- como animais de estimação, como canários, papagaios, araras e outras aves, cágados, tartarugas;
- para colecionadores particulares, que muitas vezes têm preferência por animais raros;
- como cobaias para fins científicos, em laboratórios de medicamentos e cosméticos, como macacos;
- para serem usados como atração em espetáculos circenses e até de luta, como elefantes e leões;

• para terem partes do seu corpo retiradas e vendidas como produtos, objetos de decoração, adereços, “remédios” sem a mínima comprovação científica ou souvenirs para turistas, como a pele de mamíferos (raposas, chinchilas, focas, ursos, lincos, coiotes, coelhos, onças, dentre outros), para a confecção de casacos e tapetes de luxo; o couro de répteis (jacarés, cobras), para fazer bolsas e sapatos; chifres (de rinocerontes) ou marfim (de elefantes) para outros objetos; dentes, presas e até barbatanas de tubarões e penas de aves.

Para ter parte do seu corpo retirada, o animal é morto, de forma cruel e horrenda.

O animal silvestre vítima do tráfico é tratado como mercadoria, sofre maus-tratos, fome, sede, frio, vive em condições degradantes e o processo de comercialização é desrespeitoso e cruel, desde a captura, com técnicas e armadilhas, que podem ferir o animal, até o manejo inadequado e transporte em gaiolas apertadas, que podem levar o animal à morte. Além disso, muitos animais são retirados de seu habitat ainda filhotes, e acabam morrendo, pois não têm condições de sobreviver longe de suas mães, que muitas vezes também são mortas por não apresentarem valor comercial.

O tráfico de animais, além de contribuir para a extinção de inúmeras espécies, contribui para o desequilíbrio ecológico, causando mudanças na cadeia alimentar dos habitats de onde foram retirados. Além disso, os animais silvestres quando não estão em seus habitats naturais, se tornam extremamente estressados e infelizes, podem ocasionar ferimentos por mordeduras e garras nas pessoas, além de transmitirem inúmeras doenças aos seres humanos e animais domésticos. O lugar de um animal silvestre é na natureza!

In: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/10/como-ajudar-a-combater-o-trafico-e-o-comercio-ilegal-de-animais-silvestres/> Último acesso 14 dez 2024 (com adaptações)

Com base na leitura, compreensão e interpretação do texto acima, julgue os itens abaixo como certos ou errados.

- 1 A caça e o comércio ilegal de animais silvestres no Brasil são atividades recentes e não têm um histórico significativo no país.
- 2 O Brasil possui uma das maiores biodiversidades do mundo, com destaque para as espécies de vertebrados e artrópodes.
- 3 O tráfico de animais silvestres não tem impacto direto sobre a extinção das espécies, pois as capturas são controladas e não afetam o equilíbrio ecológico.
- 4 O animal silvestre retirado de seu habitat natural é muitas vezes colocado em cativeiro, onde pode desenvolver condições de vida adequadas e seguras.

A respeito dos mecanismos de coesão e coerência e possíveis reescrituras, julgue os itens como certos ou errados.

- 5 No trecho “Mesmo sendo práticas atualmente consideradas criminosas, lamentavelmente ainda existe o tráfico e a comercialização ilegal de animais”, a expressão “mesmo sendo” estabelece uma relação de concessão entre as ideias apresentadas.
- 6 O trecho “O tráfico de animais, além de contribuir para a extinção de inúmeras espécies, contribui para o desequilíbrio ecológico, causando mudanças na cadeia alimentar dos habitats de onde foram retirados” apresenta coesão garantida pelo uso de conectores adversativos.
- 7 O trecho “O animal silvestre vítima do tráfico é tratado como mercadoria, sofre maus-tratos, fome, sede, frio, vive em condições degradantes e o processo de comercialização é desrespeitoso e cruel” pode ser reescrito, de forma a priorizar a objetividade e a clareza, como: “Os animais silvestres traficados enfrentam condições degradantes, sendo tratados como mercadorias e submetidos a fome, sede, frio e maus-tratos”.
- 8 O parágrafo “O tráfico de animais é prejudicial. Ele faz os animais sofrerem. Ele também prejudica o meio ambiente. Ele faz isso tirando os animais de seus habitats e deixando eles em condições ruins” foi reescrito para:
 “O tráfico de animais causa sofrimento aos animais e prejudica o equilíbrio ambiental ao retirá-los de seus habitats e submetê-los a condições degradantes.”
 Essa reescrita mantém o sentido original do parágrafo, mas apresenta maior clareza e melhor coesão.
- A partir da leitura do texto, julgue os itens quanto aos aspectos linguísticos do texto.
- 9 No trecho: “Além disso, muitos animais são retirados de seu habitat ainda filhotes, e acabam morrendo, pois não têm condições de sobreviver longe de suas mães, que muitas vezes também são mortas por não apresentarem valor comercial.”, a vírgula após “filhotes” poderia ser retirada sem prejuízo à correção gramatical ou à clareza do período.
- 10 No trecho: “O animal silvestre vítima do tráfico é tratado como mercadoria, sofre maus-tratos, fome, sede, frio, vive em condições degradantes e o processo de comercialização é desrespeitoso e cruel [...]”, a próclise seria obrigatória caso o pronome “se” fosse utilizado no início da oração em: “O animal silvestre vítima do tráfico *se trata como mercadoria*”.
- 11 No trecho “para serem usados como atração em espetáculos circenses e até de luta”, caso o termo “em espetáculos circenses” fosse reescrito para “à diversão pública”, o uso do sinal indicativo de crase seria obrigatório.

- 12 No trecho do texto “**animais silvestres, que muitas vezes têm preferência por colecionadores, são comercializados ilegalmente**”, a oração subordinada adjetiva desempenha função restritiva, uma vez que limita o significado de “animais silvestres”.
- 13 No trecho do texto “**Além disso, muitos animais são retirados de seu habitat ainda filhotes, e acabam morrendo, pois não têm condições de sobreviver longe de suas mães**”, todos os verbos estão corretamente flexionados, concordando com o sujeito “muitos animais”.
- 14 No trecho do texto “**O animal silvestre vítima do tráfico é tratado como mercadoria, sofre maus-tratos, fome, sede, frio, vive em condições degradantes e o processo de comercialização é desrespeitoso e cruel**”, o verbo “sofre” está no tempo verbal adequado para expressar uma ação habitual ou contínua.
- 15 No trecho do texto “**O tráfico de animais contribui para a extinção de inúmeras espécies**”, o verbo “contribui” está corretamente empregado com a preposição “para”.

Noções de Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

A respeito do Estado, governo e administração pública, julgue o item a seguir.

- 16 O governo exerce as funções políticas de comando e direção do Estado, enquanto a administração pública se ocupa das atividades técnicas e operacionais necessárias à execução das políticas públicas.

Acerca do direito administrativo, julgue o item a seguir.

- 17 O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado não é expresso na Constituição Federal, mas é considerado um dos pilares implícitos do direito administrativo brasileiro.

No que concerne ao ato administrativo, julgue o item a seguir.

- 18 A imperatividade, atributo do ato administrativo, permite que a Administração Pública imponha unilateralmente obrigações aos administrados, independentemente de concordância destes.

Em relação aos agentes administrativos, julgue o item a seguir.

- 19 O vínculo entre o servidor público e a Administração Pública pode se dar por meio de cargos efetivos, em comissão ou empregos públicos, sendo todos regidos exclusivamente pela Lei n. 8.112/1990.

Sobre os poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

- 20 O poder regulamentar é limitado à edição de atos normativos com força de lei para disciplinar matérias não reguladas pelo Congresso Nacional.

Acerca dos princípios básicos da administração pública, julgue o item a seguir.

- 21** O princípio da eficiência, expressamente previsto no artigo 37 da Constituição Federal, impõe à Administração Pública a adoção de critérios de produtividade e economicidade na prestação de serviços públicos.

No que tange aos serviços públicos, julgue o item a seguir.

- 22** As atividades econômicas prestadas por concessionárias de serviços públicos podem ser caracterizadas como serviços públicos essenciais, desde que estejam sob regulação direta do Estado.

A respeito da organização administrativa, julgue o item a seguir.

- 23** As empresas públicas são inteiramente constituídas por capital público, enquanto as sociedades de economia mista possuem participação de capital privado, sendo ambas consideradas pessoas jurídicas de direito privado e podendo ser criadas diretamente por lei.

Sobre o tema de controle e responsabilização da administração pública, julgue o item a seguir.

- 24** A responsabilidade civil do Estado pelos atos de seus agentes, independentemente de dolo ou culpa, fundamenta-se na teoria do risco administrativo.

Com base na Lei n. 14.133/2021, julgue o item a seguir.

- 25** As modalidades de licitação previstas pela Lei n. 14.133/2021 incluem a concorrência, o pregão e a consulta, sendo vedada a realização de leilões para aquisição de bens imóveis pela Administração Pública.

Noções de Informática

Leonardo Vasconcelos

Com relação ao sistema operacional Windows e às ferramentas do Microsoft 365, julgue os itens que se seguem.

- 26** Para bloquear o computador no sistema operacional Windows 11, a tecla de atalho padrão é "Ctrl + L".
- 27** Ao ativar a ferramenta "Controlar Alterações" no Word 365, todas as alterações realizadas no documento, como exclusões, inserções e formatações, são automaticamente aceitas, e o texto final exibido reflete as modificações feitas.

- 28** No Excel 365, o operador & (E comercial) é utilizado para concatenar o conteúdo de duas ou mais células, permitindo unir os valores sem a necessidade de espaços ou caracteres adicionais entre eles, a menos que esses sejam explicitamente adicionados na fórmula.

Julgue os itens seguintes, relativos a redes de computadores, ferramentas e serviços da internet e conceito de computação na nuvem e suas características.

- 29** No Google Chrome, o atalho "Ctrl + Shift + T" é utilizado para abrir uma nova aba de navegação em branco.
- 30** No contexto de programas de correio eletrônico, as mensagens armazenadas na pasta "Itens Enviados" podem ser recuperadas para edição e encaminhar, sem a necessidade de reescrever o conteúdo ou o destinatário da mensagem.
- 31** A elasticidade na computação em nuvem refere-se à capacidade de ajustar automaticamente, em tempo real, os recursos computacionais contratados, conforme a demanda, garantindo eficiência no uso dos recursos e redução de custos para o cliente.

Acerca dos conceitos de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 32** O pilar da disponibilidade na segurança da informação assegura que os dados estejam acessíveis apenas às pessoas autorizadas, protegendo-os contra acessos indevidos ou não autorizados.
- 33** O *backup* incremental realiza uma cópia completa de todos os arquivos selecionados desde o último *backup* completo ou incremental, sendo mais lento para execução e ocupando mais espaço em disco em comparação ao *backup* diferencial.
- 34** O *firewall* é um aplicativo de segurança que analisa pacotes de dados para identificar e bloquear possíveis ameaças, sendo, portanto, uma ferramenta projetada para detectar e reagir automaticamente a invasões em tempo real, como um IDS (*Intrusion Detection System*) ou IPS (*Intrusion Prevention System*).

Acerca do Governo Digital e dos conceitos relacionados ao E-gov, julgue o item a seguir.

- 35** O Governo Digital visa a substituição completa dos serviços presenciais por canais digitais, garantindo exclusivamente a entrega de serviços públicos por meio de plataformas online, sem a necessidade de alternativas físicas.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

Exige-se ética na vida pública porque as pessoas não apenas desejam o cumprimento da lei, mas sim o seu bom cumprimento. Incorporar essa dimensão do bom cumprimento da lei é uma tarefa difícil, mas que cabe perfeitamente a um código de ética. Por outro lado, também não faria sentido ter um código de ética que apenas repetisse o que já está plenamente determinado e assegurado na lei.

Ética e Serviço Público da ENAP, Módulo 3 – a conduta no serviço público.
<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3043>

Diante do texto e a respeito de ética e função pública e ética no setor público, julgue os itens.

- 36 A elaboração de um código de ética no setor público deve explicitar os valores afirmados pelo grupo de agentes públicos/as, com subsequente utilização de normas que possam dar concretude a esses valores.
- 37 A elaboração de um código de ética no setor público deve cuidar para que esteja voltado exclusivamente para "quem não tem ética".
- 38 Um código de ética é feito para todos os que exercem uma determinada profissão, bem como para todos os que integram uma determinada entidade ou órgão público. Neste último caso, uma das questões a se contemplar são as relações estabelecidas na instituição, sejam internas ou externas.
- 39 A respeito do Decreto n. 1.171/1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, entende-se que na relação com o público, servidores/as não podem deixar pessoas à espera de solução, pois esse comportamento não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral a usuários/as dos serviços públicos.
- 40 Conforme o Decreto n. 1.171/1994, é dever de agentes públicos/as exercer as atribuições com rapidez, exceto diante de situações procrastinatórias decorrentes da inércia de outros/as agentes públicos/as.

Legislação

Augusto Moreli

Uma empresa brasileira de biotecnologia, ao desenvolver um novo medicamento a partir de uma planta nativa da Amazônia, coletou amostras sem realizar o devido registro de acesso e sem a autorização dos órgãos competentes. Após a descoberta, a empresa comercializou o produto no mercado internacional, gerando significativa receita. A comunidade local, que tradicionalmente utiliza essa planta para fins medicinais, não foi consultada e não recebeu compensação pelo uso do patrimônio genético, conforme previsto na legislação.

Considerando as disposições da Lei n. 13.123/2015, julgue o item que se segue.

- 41 A empresa pode ser responsabilizada apenas por infração administrativa, não havendo previsão para sanções civis ou penais.

Uma organização não governamental (ONG) de proteção à fauna realizou um projeto de resgate e reabilitação de aves silvestres que estavam sendo mantidas ilegalmente em cativeiro por particulares. Durante a operação, a ONG recebeu informações sobre um criador clandestino que possuía diversas espécies ameaçadas de extinção, mantendo-as em condições inadequadas. Ao abordar o local, a equipe da ONG constatou a veracidade das denúncias e decidiu resgatar as aves, levando-as para um centro de reabilitação. Após o resgate, o criador clandestino alegou que a ONG não tinha legitimidade para realizar a ação, uma vez que não era um órgão público e, portanto, não poderia apreender os animais.

Considerando as disposições da Lei n. 5.197/1967 e da Lei n. 9.605/1998, julgue o item seguinte.

- 42 A ONG pode ser responsabilizada por danos ao criador clandestino, uma vez que sua ação de resgate configura violação da propriedade privada.

De acordo com a Lei n. 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, julgue o item a seguir.

- 43 Cabe ao poder concedente, no âmbito de sua competência, formular as estratégias, políticas, planos e programas para a gestão de florestas públicas e, especialmente, planejar ações voltadas à disciplina do mercado no setor florestal, quando couber.

Uma equipe de gestores ambientais de uma unidade de conservação foi convocada para elaborar um plano de manejo integrado do fogo, em conformidade com a Lei n. 14.944/2024, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Durante as discussões, foi enfatizada a importância do Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo (Sisfogo) para a coleta e disseminação de dados sobre queimadas e incêndios florestais. Um dos gestores questionou se o Sisfogo poderia ser utilizado para monitorar atividades de prevenção e combate ao fogo em áreas urbanas adjacentes às unidades de conservação, considerando que isso poderia auxiliar na elaboração de estratégias mais eficazes. Outro membro da equipe argumentou que o Sisfogo deveria se restringir apenas ao monitoramento das áreas diretamente afetadas por incêndios florestais, sem considerar as áreas urbanas.

Diante dessa situação, julgue o item seguinte.

- 44** O uso do Sisfogo para monitorar atividades em áreas urbanas adjacentes é permitido, pois a integração entre os ambientes urbano e rural é fundamental para o manejo eficaz do fogo.

Um município brasileiro decidiu implementar um projeto de desenvolvimento sustentável em uma área que abriga uma Reserva da Biosfera reconhecida pela UNESCO, que, por sua vez, está inserida em um Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) regido pela Lei n. 9.985/2000. O projeto visa promover a conservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que busca alternativas econômicas para as comunidades locais. Durante a fase de planejamento, surgiram discussões sobre quais práticas seriam permitidas e quais seriam restrições impostas pela lei e pela categoria de Unidade de Conservação da Reserva da Biosfera. Um dos gestores ambientais argumentou que o uso sustentável dos recursos naturais é permitido e incentivado nas Reservas da Biosfera, desde que respeitadas as diretrizes do SNUC e os planos de manejo específicos. Outro membro da equipe sustentou que qualquer atividade econômica na área deveria ser proibida, uma vez que a prioridade deve ser a conservação integral dos ecossistemas.

Considerando a situação apresentada e as disposições da Lei n. 9.985/2000, julgue o seguinte item.

- 45** As atividades econômicas são totalmente proibidas nas Reservas da Biosfera, pois o foco deve ser exclusivamente na proteção dos ecossistemas.

Uma equipe de gestores ambientais de um município brasileiro está desenvolvendo um plano de ação para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme estabelecido pela Lei n. 6.938/1981. Durante a elaboração do plano, os gestores discutem os princípios e instrumentos que devem nortear as ações a serem tomadas. Um dos participantes ressaltou que a política deve ser orientada pelo princípio da prevenção, que visa evitar danos ao meio ambiente antes que eles ocorram. Outro membro, no entanto, argumentou que o foco principal deve ser a recuperação de áreas degradadas, uma vez que o dano já foi causado. Além disso, foi discutido o uso de instrumentos como o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais como fundamentais para garantir a proteção ambiental.

Com base na situação apresentada e nos dispositivos da Lei n. 6.938/1981, julgue o item a seguir.

- 46** A Política Nacional de Meio Ambiente deve ser orientada pelos princípios da prevenção e precaução, sendo o licenciamento ambiental um dos instrumentos essenciais para sua implementação.

De acordo com a Resolução CONAMA n. 001/1986, que trata de critérios e diretrizes para a avaliação de impacto ambiental, julgue o item seguinte.

- 47** A exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, e serão submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA.

Com base no Decreto n. 5.758/2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, julgue o item a seguir.

- 48** O detalhamento dos objetivos e das ações para o SNUC, para as terras indígenas e para as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, é orientado sob a forma de quatro eixos esquemáticos interligados e inter-relacionados, conforme o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (Decisão VII/28).

Acerca da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto n. 6.040/2007, julgue o item seguinte.

- 49** Um dos principais objetivos específicos é solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Com base na Lei n. 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, julgue o item subsequente.

- 50** Podem ser objeto do PFPSA, áreas de exclusão de pesca, assim consideradas aquelas interditadas ou de reservas, onde o exercício da atividade pesqueira seja proibido transitória, periódica ou permanentemente, por ato do poder público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Geral

Bruno Eduardo

A evolução da administração e as principais abordagens, desde a teoria clássica até a contingencial, influenciam diretamente a forma como as organizações planejam e executam suas estratégias. Essas abordagens se adequam ao contexto em que as organizações operam. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 51** A teoria clássica da administração defendia o princípio da universalidade da administração, segundo o qual os mesmos princípios administrativos seriam aplicáveis a qualquer organização, independentemente de seu tipo ou contexto.
- 52** A abordagem contingencial da administração contradiz as ideias defendidas pelas teorias clássica e burocrática, pois nega completamente a existência de princípios gerais de administração.

O processo de planejamento inclui o planejamento estratégico, tático e operacional, cada um com diferentes características e objetivos, que juntos formam a base para a administração eficiente. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 53** O planejamento tático visa estabelecer objetivos de longo prazo da organização e direcionar suas estratégias em nível global.
- 54** A análise SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico que avalia as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao ambiente interno e externo de uma organização.

As estruturas organizacionais variam conforme as necessidades das organizações e influenciam a distribuição de poder e responsabilidades. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 55** A estrutura organizacional matricial combina elementos da estrutura funcional e da estrutura por projetos, sendo indicada para organizações que desenvolvem múltiplos projetos simultaneamente.
- 56** A departamentalização por cliente é utilizada em organizações que desejam otimizar a alocação de recursos internos, sem priorizar a personalização no atendimento.

O controle, como uma das funções administrativas, busca avaliar o desempenho organizacional, identificar desvios e propor ações corretivas para o alcance dos objetivos. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 57** O controle corretivo é uma técnica de controle que busca identificar e corrigir problemas somente após eles terem ocorrido.
- 58** Os critérios estabelecidos no Decreto n. 7.133/2010 para avaliação de desempenho individual incluem exclusivamente a produtividade e a qualidade do trabalho.

A gestão da qualidade, por meio de modelos como o PDCA, busca implementar uma cultura de melhoria contínua e eficiência nos processos organizacionais. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 59** Os modelos de excelência gerencial, como o Gespública, priorizam exclusivamente a eficiência dos processos organizacionais, desconhecendo a satisfação do cliente ou cidadão.
- 60** O ciclo PDCA é composto pelas etapas planejar, fazer, verificar e ajustar, e seu objetivo principal é promover a melhoria contínua dos processos organizacionais.

As reformas administrativas e a evolução da administração pública no Brasil são marcos históricos que alteraram os paradigmas de gestão governamental. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 61** A reforma administrativa de 1967, implementada pelo governo militar, reforçou o modelo burocrático e introduziu a criação do Ministério do Planejamento.
- 62** A nova gestão pública, que se consolidou no Brasil na década de 1990, fundamenta-se em princípios de flexibilidade, descentralização e accountability.

O processo decisório, como parte do planejamento, abrange desde a identificação do problema até a avaliação das alternativas e a escolha da solução mais adequada. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 63** O processo decisório programado caracteriza-se pela solução de problemas rotineiros e estruturados, utilizando procedimentos previamente estabelecidos.
- 64** As decisões programadas, ao contrário das decisões não programadas, envolvem situações rotineiras e de fácil resolução.

A gestão de pessoas busca equilibrar os objetivos organizacionais com as necessidades dos colaboradores, garantindo o sucesso e a sustentabilidade das organizações. Com relação ao tema, julgue o item a seguir.

- 65** O recrutamento interno permite maior motivação entre os colaboradores e pode reduzir os custos relacionados ao processo seletivo.

A cultura organizacional influencia o comportamento dos indivíduos dentro da organização, determinando os valores, crenças e práticas que norteiam suas ações e decisões. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 66** A cultura organizacional pode ser alterada de forma imediata e direta por meio de mudanças nas políticas organizacionais e estruturas formais.
- 67** Um dos papéis da liderança dentro da cultura organizacional é atuar como um modelo comportamental, reforçando os valores e as práticas da organização.

A gestão por competências visa alinhar as habilidades dos colaboradores às necessidades estratégicas da organização, promovendo eficiência e desempenho. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 68** A implantação da gestão por competências permite às organizações avaliar gaps de competências e implementar programas de capacitação direcionados.
- 69** O modelo de gestão por competências identifica apenas as habilidades técnicas dos colaboradores, desconsiderando as competências comportamentais.

O planejamento estratégico auxilia as organizações a traçarem metas de longo prazo, considerando o ambiente interno e externo. Com relação ao tema, julgue o item a seguir.

- 70** A missão de uma organização deve refletir suas aspirações futuras, enquanto a visão foca nos valores e no propósito que guiam suas atividades.

Administração Financeira e Orçamentária e Orçamento Público

Flávio Assis

No que se refere ao orçamento público no Brasil, e em especial ao SIAFI (Sistema Integrado de Administração financeira), descentralização, programação e execução orçamentária e financeira, julgue as afirmativas subsequentes.

- 71** O Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) é uma ferramenta do Governo Federal que permite o registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração pública.
- 72** Na execução orçamentária e financeira no âmbito da administração pública, quando um crédito orçamentário é descentralizado entre unidades do mesmo órgão, temos uma descentralização interna, tecnicamente denominada destaque orçamentário.
- 73** No prazo de 60 dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo deverá elaborar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

No que tange ao orçamento público no Brasil, destacando-se a execução orçamentária em sentido amplo, julgue as assertivas subsequentes.

- 74** Os restos a pagar processados serão inscritos em 31 de dezembro do exercício financeiro em que houve o empenho, embora possam ser cancelados até 15 de janeiro do ano subsequente caso o fornecedor não cumpra suas obrigações.
- 75** As despesas de exercícios encerrados, conhecidas como despesas de exercícios anteriores, ao serem reconhecidas e pagas, serão tratadas como despesas extraorçamentárias, uma vez que o fato gerador não pertence ao exercício do pagamento.

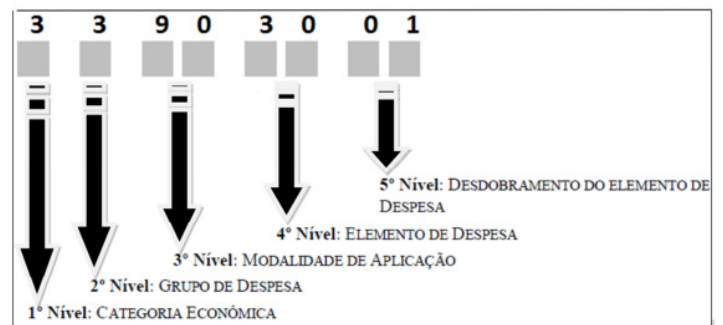
- 76** As despesas por meio de adiantamentos, conhecidas como suprimento de fundos, seguem uma legislação especial, de modo que o empenho só será realizado no momento da prestação de contas, afetando, assim, o patrimônio público, gerando um fato permutativo.

No que se refere às receitas públicas e considerando a legislação em vigor no Brasil, julgue as afirmativas subsequentes.

- 77** As receitas públicas quanto à procedência podem ser classificadas em originárias e derivadas.
- 78** As receitas públicas, quanto à afetação patrimonial, são classificadas em efetivas, não efetivas e intraorçamentárias.
- 79** O estágio do lançamento das receitas públicas, obrigatório para todas as receitas, caracteriza-se por ser um ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora.

Em relação ao tema despesas públicas no âmbito da administração de um determinado ente, e considerando a legislação em vigor, julgue as assertivas subsequentes.

- 80** A despesa pública é processada em duas etapas: o planejamento e a execução. No caso da execução, está correto afirmar que os empenhos representam o primeiro estágio da mesma e caracterizam-se por funcionar como uma garantia dada ao fornecedor.
- 81** No caso daquelas despesas que não são passíveis de identificação do valor exato a ser empenhado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em sede de ADIN que é possível, excepcionalmente a realização do empenho global.



- 82** Na classificação da despesa apresentada na figura acima, está correto afirmar que se trata de uma classificação programática, com evidências claras de uma despesa de capital, cuja modalidade de aplicação indica uma transferência de recursos para financiar a referida despesa.

No que se refere ao processo orçamentário brasileiro, conceitos aplicáveis, evolução e funções do orçamento, julgue as afirmativas subsequentes, considerando a legislação em vigor e os conceitos doutrinários aplicáveis.

- 83** Está correto afirmar que uma das principais características do orçamento programa, dentre outras existentes, é a ênfase no controle da honestidade do gestor público.
- 84** Está correto afirmar que as funções clássicas ou funções fiscais do orçamento público são a alocativa, distributiva e estabilizadora e que essas funções são reflexos da política fiscal.
- 85** Com o advento da Constituição Federal de 1891, o Brasil passou a adotar o orçamento misto, por meio do qual o Poder Executivo elaborava a proposta orçamentária e o Poder Legislativo aprovava a referida proposta.
- 86** A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as receitas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Considerando as disposições legais e doutrinárias em matéria orçamentária, com destaque para os instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal, princípios orçamentários e créditos adicionais, julgue as assertivas subsequentes.

- 87** As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou indiquem os recursos necessários.
- 88** As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de – transferência especial ou transferência com finalidade definida, destacando-se ainda que as referidas emendas deverão integrar as receitas do ente beneficiado, impactando, assim os cálculos dos limites de gastos com pessoal e endividamento.
- 89** Nenhum projeto cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- 90** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos adicionais, com prévia e específica autorização legislativa.

Administração de Recursos Materiais

Bruno Eduardo

A classificação de materiais é essencial para organizar e controlar os itens de uma organização. Para isso, é necessário utilizar atributos e critérios específicos que permitam identificar e agrupar os materiais de maneira eficiente. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 91** A classificação de materiais deve ser feita considerando apenas os aspectos físicos, como tamanho, peso e cor, já que esses atributos são os mais objetivos e fáceis de identificar.
- 92** O uso de códigos alfanuméricos na classificação de materiais facilita a identificação e o controle de estoques em sistemas informatizados.

O gerenciamento eficiente de estoques é fundamental para garantir a disponibilidade de materiais necessários às operações e evitar desperdícios. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 93** O estoque de segurança é calculado com base apenas no histórico de consumo médio mensal, desconsiderando fatores externos, como atrasos na entrega dos fornecedores.
- 94** Um índice elevado de giro de estoque é sempre um indicativo positivo de eficiência na gestão de materiais.

O setor de compras desempenha papel estratégico nas organizações, sendo responsável pela aquisição de bens e serviços necessários às operações e projetos. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 95** O setor de compras deve priorizar sempre o menor preço nas aquisições, independentemente da qualidade do material ou da confiabilidade do fornecedor.
- 96** O cadastro de fornecedores é uma etapa dispensável no processo de compras, especialmente quando as aquisições são feitas por pregão eletrônico.

No setor público, as compras e contratações devem atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com destaque para as normas da Lei n. 14.133/2021. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 97** A inexigibilidade de licitação ocorre quando há competição inviável, como no caso da contratação de serviços técnicos especializados ou artísticos de notória especialização.
- 98** O pregão eletrônico é obrigatório para todas as aquisições realizadas pela administração pública, independentemente da natureza do objeto ou do valor da contratação.

O armazenamento de materiais deve ser realizado de forma planejada, considerando critérios de organização, segurança e facilidade de acesso. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

99 O layout do armazém deve priorizar a estética do ambiente, independentemente da funcionalidade ou da segurança no acesso aos materiais armazenados.

100 Os materiais perecíveis devem ser armazenados separadamente, com controle rigoroso de temperatura, umidade e data de validade.

A gestão patrimonial abrange o controle e a administração dos bens móveis e imóveis da organização, incluindo tombamento, inventário e desfazimento. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

101 O tombamento de bens patrimoniais é um processo opcional, utilizado apenas quando há interesse em inventariar bens de alto valor.

102 O desfazimento de bens patrimoniais obsoletos ou inservíveis deve ser realizado por meio de procedimentos formais, como alienação ou doação, em conformidade com a legislação vigente.

A gestão de estoques e materiais é um elemento fundamental na administração de recursos, assegurando que os itens necessários estejam disponíveis na quantidade certa e no momento correto. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

103 O método Just in Time (JIT) visa reduzir os níveis de estoque ao mínimo, promovendo a reposição de materiais apenas quando necessário para o processo produtivo.

104 O excesso de materiais em estoque sempre reflete uma gestão eficiente, pois elimina o risco de interrupção das atividades.

A classificação de materiais permite à organização identificar, organizar e controlar adequadamente os itens em estoque, evitando problemas como perdas, desperdícios ou falta de materiais essenciais. Com relação ao tema, julgue o item a seguir.

105 A metodologia de cálculo da curva ABC classifica os itens de estoque com base em sua importância relativa, considerando fatores como valor de consumo e criticidade para o processo produtivo.

Gestão de Pessoas

Bruno Eduardo

A gestão de pessoas tem como principal objetivo integrar os interesses organizacionais e individuais, promovendo o equilíbrio entre as necessidades do colaborador e as metas da organização. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

106 A gestão de pessoas tem como um de seus pilares a manutenção de condições adequadas de trabalho, que impactem positivamente na qualidade de vida e no desempenho dos colaboradores.

107 No âmbito da gestão de pessoas, as necessidades organizacionais devem sempre prevalecer sobre as necessidades individuais dos colaboradores, garantindo a maximização dos resultados.

As teorias e escolas da administração influenciam diretamente as práticas de gestão de pessoas, promovendo o alinhamento entre os objetivos organizacionais e o comportamento humano. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

108 A teoria clássica da administração, proposta por Henri Fayol, trouxe importantes contribuições para a gestão de pessoas, como os princípios de divisão do trabalho e unidade de comando.

109 A abordagem comportamental da administração prioriza a estrutura organizacional em detrimento das relações humanas, destacando a centralização do poder decisório.

O órgão de recursos humanos exerce funções essenciais, como a atração, retenção, capacitação e avaliação de desempenho dos colaboradores. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

110 As políticas de recursos humanos devem ser formuladas exclusivamente pelo setor de gestão de pessoas, sem a necessidade de integração com os outros departamentos organizacionais.

111 Entre as atribuições do órgão de recursos humanos, está a de auxiliar na formulação e implementação de políticas organizacionais que promovam a equidade e a diversidade no ambiente de trabalho.

O comportamento organizacional analisa as interações entre indivíduos e grupos dentro de uma organização, buscando compreender e melhorar a dinâmica de trabalho. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 112** A motivação é um fator intrínseco que se refere exclusivamente às características pessoais de cada indivíduo e não pode ser influenciada por elementos externos, como as políticas organizacionais.
- 113** A liderança situacional adapta-se às demandas específicas do contexto e das equipes, promovendo flexibilidade no estilo de liderança utilizado pelo gestor.
- O processo de recrutamento e seleção é essencial para garantir a atração e contratação de profissionais alinhados às necessidades da organização. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.
- 114** O recrutamento interno oferece a vantagem de reduzir os custos e o tempo do processo seletivo, além de promover o desenvolvimento e a retenção de talentos na organização.
- 115** As entrevistas estruturadas são as menos recomendadas para processos seletivos, pois limitam a obtenção de informações detalhadas sobre o candidato.

A gestão de desempenho tem como objetivo avaliar, monitorar e desenvolver as competências dos colaboradores, alinhando-as às metas organizacionais. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 116** A avaliação de desempenho por competências considera exclusivamente os resultados alcançados pelos colaboradores, desconsiderando as competências comportamentais.
- 117** Os métodos de avaliação de desempenho baseados em autoavaliação promovem o autoconhecimento, mas podem ser influenciados pela subjetividade do avaliado.
- O desenvolvimento e a capacitação de pessoal visam melhorar as habilidades e competências dos colaboradores, alinhando-as às demandas organizacionais e do mercado. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.
- 118** Programas de desenvolvimento de lideranças focam tanto nas competências técnicas quanto nas competências comportamentais, como comunicação e trabalho em equipe.
- 119** O levantamento de necessidades de treinamento (LNT) deve ser realizado apenas após a implementação de programas de capacitação, para verificar a eficiência deles.

A administração de cargos, carreiras e salários busca alinhar as expectativas dos colaboradores às políticas organizacionais, garantindo equidade e competitividade. Com relação ao tema, julgue o item a seguir.

- 120** A estrutura de cargos e salários deve ser baseada exclusivamente no tempo de serviço dos colaboradores, garantindo isonomia entre os membros da organização.

Discursiva
Andréa Cerqueira**Tema:****A Lei n. 13.668/2014 e a Destinação e Aplicação dos Recursos para a Preservação Ambiental no Brasil: Desafios e Perspectivas**

A Lei n. 13.668, sancionada em 2014, estabelece normas importantes para a destinação e aplicação dos recursos destinados à preservação ambiental no Brasil. Ela surge em um contexto de crescente preocupação com a sustentabilidade e com a utilização eficiente dos recursos públicos para a conservação ambiental. Essa legislação abrange, entre outras questões, o uso de multas e penalidades ambientais como forma de arrecadação para ações de preservação.

Texto 1

A implementação de políticas públicas ambientais, como a Lei n. 13.668/2014, exige a coordenação entre diferentes esferas do governo e a sociedade. Sua aplicação eficaz depende da transparência na destinação dos recursos e de um controle rígido sobre o uso dos fundos públicos. O Brasil, como um dos países mais biodiversos do mundo, tem um papel crucial na proteção ambiental, mas a falta de fiscalização e de investimento adequado pode comprometer a efetividade dessas políticas.

BRASIL. *Lei n. 13.668, de 25 de abril de 2014*. Dispõe sobre a destinação e aplicação de recursos para a preservação ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

Texto 2

Em muitos casos, a destinação inadequada de recursos ambientais pode resultar em desperdício ou até mesmo no agravamento de problemas ambientais. A Lei n. 13.668/2014, ao estabelecer diretrizes claras para a aplicação de multas ambientais, busca reverter essa situação e garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente em projetos que realmente promovam a preservação ambiental, combate ao desmatamento e recuperação de áreas degradadas.

MORAES, José Carlos de. *Política ambiental brasileira e a gestão de recursos naturais: desafios e propostas*. Rio de Janeiro: Editora Ambiental, 2015.

Texto 3

A Lei n. 13.668/2014 representa um avanço na gestão de recursos ambientais no Brasil, mas sua implementação ainda enfrenta desafios. A eficácia da lei depende de uma maior fiscalização e de mecanismos mais rigorosos para garantir que os recursos sejam aplicados de forma transparente e eficiente, evitando que sejam desvirtuados ou usados para outros fins. A sociedade também deve estar mais envolvida no acompanhamento das ações governamentais para garantir a preservação ambiental de forma justa e eficaz.

SOUZA, Mariana Costa. *A aplicação da Lei n. 13.668 e a preservação ambiental no Brasil: aspectos legais e sociais*. São Paulo: Editora Jurídica, 2017.

Instruções para a redação:

Com base nos textos motivadores apresentados e nas referências bibliográficas, elabore um texto dissertativo, no máximo com 30 linhas, sobre o tema **A Lei n. 13.668/2014 e a Destinação e Aplicação dos Recursos para a Preservação Ambiental no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Utilize a norma culta da língua portuguesa, com coesão e coerência, para garantir que o texto esteja bem-estruturado e claro na apresentação de suas ideias.

No seu desenvolvimento, aborde obrigatoriamente os seguintes tópicos:

1. A importância da transparência na destinação dos recursos ambientais previstos pela Lei n. 13.668/2014.
2. Os desafios enfrentados na aplicação dos recursos arrecadados por meio de penalidades ambientais.
3. O papel da fiscalização e do controle social na eficácia da Lei n. 13.668/2014 para a preservação ambiental.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
1º SIMULADO
ANALISTA ADMINISTRATIVO (PÓS-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

**Valorize seu tempo
e seu dinheiro:**

Estude para concursos com a única assinatura capaz de potencializar a sua compreensão do conteúdo e agilizar a sua aprovação. Só a **nova Assinatura Ilimitada 9.0 tem tudo na palma da sua mão**: são mais de 40 mil cursos com videoaulas e PDFs para todas as carreiras, 80 mil horas de audiolivros e 2,7 milhões de questões. E, agora, a Assinatura Ilimitada 9.0 está ainda mais tecnológica, confira:

NUNCA MAIS ESTUDE SÓ, APRENDA COM A MAIA

Além dos nossos mais de 500 professores especialistas, **agora você tem a MAIA**, a assistente educacional inteligente que está sempre pronta para tirar dúvidas, comentar questões e recomendar e comparar os cursos e os concursos alinhados aos seus objetivos.

CRONOGRAMA DE ESTUDOS ATUALIZADO

Edite o seu cronograma de estudos de acordo com a sua rotina: **mescle videoaulas com PDFs**, altere a sequência de conteúdos e selecione a quantidade de cursos que quiser.

ELIMINE EXCESSOS

Com os PDFs sintéticos do Gran, você nunca mais precisará se preocupar em resumir o que estudou. Eles são resumos completos, objetivos e esquematizados, voltados para o estudo otimizado das matérias.

MAIS TECNOLOGIA E USABILIDADE

A nova plataforma de estudos passou por uma remodelação na estrutura do menu. A página de cursos foi atualizada e o material de boas-vindas vai te surpreender ao explicar de maneira ágil como usar a plataforma. **Agora, você pode contar com app para o seu desktop**, implementação do modo noturno e Gran Comunidade na sala de aula.



Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora